


A presença da noção de *accountability* ao longo da história das políticas de avaliação da educação superior no Brasil

Alisson Slider do Nascimento de Paulaⁱ 

Centro Universitário Inta (UNINTA), Sobral, CE, Brasil

Antonio Marcos dos Santos Sousaⁱⁱ 

Centro Universitário Inta (UNINTA), Sobral, CE, Brasil

Francisco Jonathas Gomes da Silvaⁱⁱⁱ 

Centro Universitário Inta (UNINTA), Sobral, CE, Brasil

Neemias Gomes Santos da Silveira^{iv} 

Centro Universitário Inta (UNINTA), Sobral, CE, Brasil

1

Resumo

O presente artigo objetiva refletir acerca do termo *accountability* e das implicações que suas dimensões, em especial da avaliação, podem promover no interior das universidades e sua relação com as demandas sociais. A pesquisa utiliza-se de estudos bibliográficos, com abordagem qualitativa. Constatou-se que o conceito de *accountability* expressa comportamentos obrigatórios ao gestor educacional, pois deverá estar atento aos procedimentos de prestação de contas de seus atos gerenciais. Em acréscimo, a lógica da *accountability* irradia um cenário de competitividade para atingir as “supostas” eficiência, eficácia e efetividade. Nessa perspectiva a SINAES expressa a noção de prestação de contas e de responsabilização, porquanto se a instituição não se encaixar dentro dos parâmetros de qualidade será atribuído um conceito baixo podendo, inclusive, denotar possíveis descredenciamentos de cursos.

Palavras-chave: Accountability. Ensino Superior. Avaliação.

The presence of the notion of *accountability* throughout the history of higher education evaluation policies in Brazil

Abstract

This article aims to contribute to the reflection on the term *accountability* and the implications that its dimensions, especially evaluation, can promote within universities and their relationship with social demands. The research uses bibliographic studies, with a qualitative approach. It was found that the concept of *accountability* expresses mandatory behaviors to the educational manager, as he must be attentive to the *accountability* procedures of his managerial acts. In addition, the *accountability* logic radiates a competitive scenario to achieve the “supposed” efficiency, effectiveness and effectiveness. In this perspective, SINAES expresses the notion of *accountability* and *accountability*, since if the institution does not fit within the quality parameters, a low concept will be assigned, which may even denote possible disqualifications from courses.

Keywords: Accountability. University education. Evaluation.

1 Introdução

A democracia tem vivido ao longo dos anos, uma busca por sedimentação nas sociedades ocidentais. Para esse fim, vem tentando se fortalecer e expandir-se, enquanto prática de seu próprio conceito adotando e expandindo novas formas de controle social sob a gestão pública.

2

Todavia, com a irradiação do ideário neoliberal, a noção de *accountability* surge como ferramenta para o controle social, além de condicionar comportamentos competitivos para criar mecanismos gerencialistas no meio educacional. Muito embora o termo não encontre uma tradução lúcida e precisa na língua portuguesa, ele se desdobra nas dimensões prestação de contas, responsabilização, transparência e avaliação.

A dimensão prestação de conta vai para além do que é compreendido no cotidiano das ações financeiras, assim como a responsabilização também é compreendida na *accountability* como responsabilidade objetiva. Em se tratando da dimensão avaliação ela é definida por Campos (1990) como contabilização de resultados, controle avaliação sobre o nível de alcance que os objetivos traçados, inicialmente, foram alcançados.

Nas universidades, dado a complexidade que essas instituições concentram, a noção de *accountability* assume dimensões que impulsionam debates sobre sua pertinência, uma vez que fere a autonomia universitária quando dissemina a lógica contábil e que padrões de qualidade são definidos e que buscam prender as instituições de educação superior a eles.

Nessa acepção, o presente artigo objetiva contribuir na reflexão sobre o termo *accountability* e as implicações que suas dimensões, em especial a avaliação, podem promover no interior das universidades e sua relação com as demandas sociais.

No limite, por se tratar de um tema complexo e ainda em expansão, toda a abordagem feita a seguir é somente uma tênue explanação da vasta literatura já existente sobre o assunto.

2 Metodologia

A pesquisa utiliza-se de estudos bibliográficos, bem como faz uso de abordagem qualitativa. Ou seja "caracteriza-se como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte" (KRIPKA, 2015, p. 243).

3

Para identificar os artigos acerca do assunto proposto pela pesquisa, realizou-se a busca nas seguintes bases de dados online: *Scielo* e *Redalyc*¹. Utilizou como critério de inclusão a aproximação do conteúdo do texto com o objeto da presente pesquisa, o critério de exclusão, por seu turno, tratou-se da ausência de descritores "accountability", "avaliação" e "educação superior", bem como o distanciamento das discussões acerca da temática. O marco temporal utilizado para a realização das buscas foi de dez anos, ou seja, entre 2009 e 2019. A análise dos estudos foi realizada de duas formas: a primeira incluiu análise de dados bibliométricos com coleta de dados como ano, autoria, local do estudo, nome do periódico e delineamento do estudo. A segunda etapa compreendeu a análise em profundidade dos artigos e análise crítica.

3 Resultados e Discussão

A busca por literatura recaiu por um número inicial de 339 artigos selecionados, entretanto, partindo dos critérios de inclusão e exclusão foram destacados somente sete artigos no decorrer da pesquisa que contemplavam a temática do estudo.

No quadro a seguir apresenta-se a análise dos sete artigos. Para tanto, aborda-se quadros de caracterização dos artigos, descrevendo -se assim características bibliométricas (título, ano de publicação e autoria).

¹ Optou-se por utilizar apenas as bases Scielo e Redalyc de dados por especial ênfase em periódicos latino-americanos e de países emergentes.

Quadro 1: Caracterização dos artigos analisados

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	AUTORIA
Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares.	2009	AFONSO, A. J.
Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior.	2009	ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B.
Além da transparência: accountability e política da publicidade.	2011	FILGUEIRAS, F.
Accountability na Administração Pública: modelos teóricos e abordagens.	2011	ROCHA, A. C.
Accountability em Educação.	2013	SANTA, L.
As Armadilhas do Discurso sobre a Avaliação da Educação Superior	2018	ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. C. M.; BORGES, R. M.
O que é Accountability.	2015	BODART, C. N.
Política de avaliação em larga escala: o ENADE interfere na gestão dos cursos?	2016	CANAN, S. R.; ELOY, V

Fonte: Elaboração própria (2020).

Inicialmente, pode-se compreender *accountability* conforme defendida por Spinoza (2012) que a traduz como controle, responsabilização, ou ainda prestação de contas. Para Bodart (2015) o termo pode carregar o significado de responsabilidade objetiva, ou obrigação de responder por algo.

Na linha de conceitos, Mulgan assevera que o termo é um conceito em expansão (MULGAN, 2000 *apud* AFONSO, 2009) e que atende a um conjunto de fatores que nem sempre combinam entre si. Assim, pode-se aplicá-lo na esfera administrativa, pública, política, eleitora, educacional, entre outras e em cada uma delas há um significado específico. Por sua vez, Filgueiras (2011, p. 67) declara ser uma teoria política dos estados liberais uma vez que pressupõe uma diferença entre o público e o privado. Para esse autor “o pressuposto é o de que uma ordem política

democrática se consolida e legitima mediante a responsabilização dos agentes públicos diante dos cidadãos”.

Rocha (2011, p. 45) ao se referir sobre o termo *accountability* diz que as constantes mudanças que afetam a sociedade em nível global são as responsáveis pela ascensão e volume de atenção dado a esse termo. Esse termo tornou-se a palavra mágica quando o assunto são as crescentes preocupações em “controlar e constranger os usos e abusos do poder”.

O termo *accountability* concentra um leque de significados e sua explicação se torna complexa por não existir uma definição específica na língua portuguesa. Considera-se oportuno registrar um dos variados significados a fim de que se possa desenvolver um conceito que permita um olhar mais focado e definitivo sobre o termo e sua implicação no ensino superior brasileiro que é a proposta do presente trabalho.

Muito embora seja perceptível que o termo em questão carrega um sentido polissêmico, para fins deste trabalho, considerou-se oportuno pesquisar e discutir sobre uma das três dimensões apresentadas por Afonso (2009) ao termo que é avaliação. Muito embora o enfoque seja a dimensão avaliação, este autor afirma que as outras duas dimensões “prestações de contas e responsabilização” são articuladas entre si apesar de serem autônomas.

Santa (2013, p. 1) revela com clareza como as três dimensões dialogam entre si. O autor destaca que “a avaliação, ao permitir a escolha, o tratamento e a análise de informação para a produção de um juízo de valor sobre uma realidade social, pode servir os processos de prestação de contas e de responsabilização”.

No Brasil, *accountability* tem assumido destaque na linguagem da gestão das políticas públicas. Quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pelo *accountability*. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) alargou as possibilidades de participação do cidadão na gestão pública ao determinar em seu artigo 37 os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência. Em toda a CF/88 é possível perceber a presença de ferramentas de *accountability* na gestão das políticas públicas. Hoje, a presença de órgãos fiscalizadores e controladores da gestão governamental, além da exposição das ações das diversas esferas administrativas públicas nas redes sociais sinalizam para novas expressões

de democracia, muito embora nem sempre tais ferramentas de transparência e responsabilização assegurem uma gestão democrática, eficiente e eficaz.

Para Afonso (2009, p. 15), sem a garantia de processos que sejam confiáveis, verdadeiros e passíveis de um processo avaliativo em que seja cabível a emissão de um juízo de valor sobre as práticas, instituições e políticas “ficam prejudicadas as formas de prestação de contas e de responsabilização, ou seja, uma parte fundamental dos processos de *accountability*”.

Quando se compreende que a *accountability* vem assumindo expressividade no fortalecimento do controle torna-se compreensível a necessidade da coexistência da prestação de contas, da avaliação e da responsabilização no centro das ações governamentais e instituições que abraçam programas de governo ou que trabalham em consonância com as políticas públicas. Nessa linha de pensamento é que o Brasil vem adotando a política de *accountability* em todo o sistema educacional.

Na educação básica, a avaliação de desempenho, na perspectiva de *accountability* é relacionada mais a punição do que a desempenho dos alunos e melhoria do trabalho docente.

Quanto ao ensino superior brasileiro, desde a década de 1960 já despontava ares de *accountability* nos espaços universitários brasileiros, mesmo que a presença e articulação com o modelo weberiano de burocracia ainda se revele imperioso. Os registros da implantação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) datam, principalmente, de meados de 1990.

Todavia, as pesquisas acerca da temática em tela revelam que com essa bateria de novas estratégias gerenciais, principalmente no que tange à gestão focada em resultados e no atendimento às procuras oriundas dos cidadãos que fazem uso dos serviços públicos têm provocado um repensar da universidade frente aos novos paradigmas das políticas de gestão e sinalizam para novos rumos.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1998, publicou um documento no qual concebia orientações para o desenvolvimento do ensino superior, citando questões como autonomia relativa das universidades (UNESCO, 1998). Além disso, o documento vem chamando atenção

para o *accountability* quando denota para prestação de contas para a sociedade e na avaliação.

Afonso (2009) ao se reportar a *accountability* reforça a ideia de que este deve, quando se trata da educação superior, promover discussões e soluções, tendo como base a democracia, através de uma teia de relações que se articulem e se sustentem, privilegiando a avaliação, as políticas, a ética e metodologias, levando sempre em consideração as possíveis tensões encontradas entre a avaliação, prestação de contas e responsabilização.

Nesse sentido a avaliação assume um lugar que merece atenção. Com a chegada da década de 1990 uma onda avaliadora invade os espaços da administração pública e assume expressão nos discursos e propostas governamentais. Essa nova plataforma de governo nasce graças à política neoliberal. Data de 1983 o Programa de Avaliação da Reforma Universitária que objetivava regular as atividades finalistas da educação superior. Na década de 1990, outro programa ganha forma: Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Este programa recebeu críticas pela sua ineficiência na sintonia com as metas e intenções dos órgãos estrangeiros.

A universidade vive uma oposição ao seu tradicional modelo weberiano e são os indicadores de desempenho que sinalizam a responsabilização dos gestores. A partir daí os indicadores de desempenho dos alunos estarão assumindo a função de termômetro do trabalho competente do gestor como condição para expansão da unidade indissolúvel entre ensino, pesquisa e extensão.

Em 1995, mediante a MP n.º 992/95 é criado o Exame Nacional de Cursos (ENC) – conhecido como PROVÃO. No mesmo ano é criada a Lei n.º 9.131/95 que no rastro da MP retrocitada fortalecerá ainda mais a noção de *accountability* nas universidades brasileiras. O tripé das universidades viverá, a partir desse momento, novas regras atreladas à confiança depositada no gestor, conforme dito anteriormente, creditada através do resultado dos indicadores de desempenho apresentados pelos estudantes nas avaliações. Esta nova política gera, naturalmente, uma tensão entre a autonomia na gestão das universidades, até então existente, e o

controle agora nas mãos de órgãos externos fundamentados apenas no resultado do desempenho apresentado pelos alunos.

A LDB, por seu turno, reforça o que a Lei nº 5540/98 já tinha provocado um movimento de autonomia universitária quando de sua homologação e execução engendrava possibilidades diferenciadas das universidades em relação aos demais órgãos da administração pública, pode-se citar: o processo de escolha dos gestores das universidades.

Muito embora sejam as universidades um sistema complexo por ser uma organização tecida e alimentada por vários agentes ativos e autônomos têm seu comportamento balizado e determinado por regras e pelas informações de seu desempenho, opondo-se diretamente à autonomia universitária.

Retomando a MP 992/95 e a Lei nº 9.131/95, ainda há que se considerar que ambas instituíram a autoavaliação institucional como mecanismo de fortalecimento do *accountability* nas universidades brasileiras, ainda que o mecanismo de autoavaliação possa expressar indícios de prática emancipatória, quando é imposto e colocado dentro de parâmetros e prazos que determinam a eficiência da prática seu estatuto é corroído e transmutado à lógica da responsabilização, inclusive, de suas respostas.

Em 2000 as universidades vivem mais uma inovação com a proposta 12 que objetiva “rever o atual Sistema Nacional de Avaliação Institucional a partir, entre outras, do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras”. (Programa de Governo de Lula da Silva, 2002). (ROTHEN; SANTANA; BORGES, 2018, p. 1431). Nessa linha de implantação do sistema de avaliação como termômetro de administração e política nas universidades a Lei n.º 10.861/04 estabelece a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) cuja razão era definir e avaliar a qualidade do ensino superior brasileiro em todas as esferas de sua administração. Sob a égide dessa nova lei, novos mecanismos de *accountability* que privilegiam as redes de políticas públicas são agregados à gestão das universidades. Entre essas novas ações destacam-se: Conferências Nacionais de Educação, Educação Superior e Pesquisa, elaboração dos Planos Nacionais de Educação, Pós-graduação e Pesquisa. A proposta embutida na agregação dessas novas ações era

redimensionar o modelo de *accountability* existente nas universidades, diminuir seus múltiplos elos como também melhorar a interação entre agentes públicos e privados.

Uma leitura, ainda que rápida, sobre o desdobramento do SINAES aponta para o fato de que todas as avaliações da educação superior, coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC), convergem para articularem metodologias, instrumentos de avaliação e as informações. Assim, elas serão base para o MEC dar curso a sua função de regulador da gestão nas universidades.

Rothen e Barreiro (2009) ao analisar o SINAES nos apontam as três vertentes que fluem dessa avaliação que são: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Essas vertentes são responsáveis por apresentarem em seus resultados o nível de responsabilidade social das universidades, a eficiência e eficácia do modelo e gestão adotada por essas instituições, a infraestrutura, o corpo docente, o desempenho dos alunos e outros níveis de atuação que dão conta da pesquisa, ensino e extensão.

Vale ressaltar que o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) na leitura feita por Canan e Eloy (2016) ultrapassa os limites dos conceitos usuais de avaliação pois seus resultados definem as colocações de cursos e universidades brasileiras no *ranking* do MEC.

Canan e Eloy (2016) ao se reportarem às universidades no contexto da *accountability* dizem que sendo estas instituições, órgãos públicos, estas integram o bloco da administração pública, dirigida e tutelada pelo governo. Assim, tais universidades devem estar sujeitas ao conjunto de regras e princípios de direito público a que estão submetidos, direta ou indiretamente, todos os demais órgãos da administração pública.

Dessa forma, considera-se que as instituições de educação superior não conseguem fugir ou se opor, efetivamente, as inovações de gestão administrativa presentes nas instituições governamentais, tampouco se imunizarem da influência de tais modelos que agregam estratégias gerenciais, cujo ponto de referência se concentra, prioritariamente, nos resultados obtidos.

4 Considerações finais

10

Ao buscar uma definição mais clara sobre o conceito de *accountability* pode-se perceber que para os autores estudados foi conclusivo ser este termo uma expressão da obrigação do gestor público de prestar contas de seus atos gerenciais. Em acréscimo, a lógica da *accountability* irradiam um cenário de competitividade para atingir as “supostas” eficiência, eficácia e efetividade. Nessa perspectiva a SINAES expressa a noção de prestação de contas e de responsabilização, porquanto se a instituição não se encaixar dentro dos parâmetros de qualidade será atribuído um conceito baixo podendo, inclusive, denotar possíveis descredenciamentos de cursos.

A lógica da avaliação em larga escala é uma das práticas que foram irradiadas no cenário global e que no Brasil tanto a educação básica como a superior vivenciam suas experiências que, sobretudo no que diz respeito à avaliação de desempenho estudantil expressa o maior peso na definição do conceito dos cursos de graduação. Este estudo possibilitou a compreensão de como a noção de *accountability* permeando a racionalidade da avaliação e regulação implica em mudanças nos rumos do modelo de educação ao definir a avaliação de desempenho como mecanismo de prestação de conta e termômetro do padrão de qualidade de ensino e aprendizagem.

O que se propôs na presente pesquisa se configura apenas como um estímulo aos estudos e pesquisas acerca da lógica da *accountability* orientando os mecanismos de avaliação e regulação da educação superior, portanto, sob hipótese alguma não se pretendeu esgotar este tema presente e atual.

A racionalidade da *accountability* possui elementos que tornam complexos sua análise, uma vez que se trata de um termo sem uma tradução específica para língua portuguesa, de igual modo a aplicação de seus vários apontamentos para a existência de modelo plenamente vinculado à concepção de responsabilização em que impulse a qualidade objetiva decorrente do modelo gerencial de educação próprio do neoliberalismo, requer maior domínio da regulação sobre a avaliação.

Por fim, não se pretendeu esgotar o tema da presente pesquisa, uma vez que os limites de um artigo inviabilizam tal pretensão. É lícito salientar a necessidade de investigar os indicadores de qualidade, bem como os padrões de qualidade

estabelecidos na avaliação da educação superior a partir do modelo do SINAES. No limite, espera-se que a presente pesquisa possa estimular mais pesquisadores a aprofundarem ainda mais a discussão da *accountability* na avaliação da educação superior brasileira.

Referências

11

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/545>. Acesso em 4 maio 2019.

BODART, C. N. **O que é Accountability**. Blog Café com Sociologia. 2015. Disponível em: <https://www.cafecomsociologia.com/2015/10/o-que-e-accountability>. Acesso em: 4 maio 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394**. Ministério da Educação-MEC, 1996.

CAMPOS, A. M. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o Português?. **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 30, 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049>. Acesso em: 4 maio 2020.

CANAN, S. R.; ELOY, V. T. Política de avaliação em larga escala: o ENADE interfere na gestão dos cursos?. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8996>. Acesso em: 08 maio 2020.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. R. S. Democracia, avaliação e *accountability*: avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. **ENAPG – Encontro de Administração Pública e Governança**. São Paulo, 22 a 24 de novembro. 2006.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: *accountability* e política da publicidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 84, n. 3, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300004>. Acesso em: 4 maio 2020.

FINGER, P. **Gestão de Universidades**: novas abordagens. Curitiba: Champagnat, 1997.

FREITAS, D. N. **A avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

MEYER JUNIOR, V. Novo contexto e as habilidades do administrador universitário. In: MEYER JR, V.; MURPHY, P. J. **Dinossauros, Gazelas & Tigres**: novas abordagens da administração. Florianópolis: Insular, 2003.

12

ROCHA, A. C. Accountability na Administração Pública: modelos teóricos e abordagens. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/314/pdf_162. Acesso em: 6 maio 2020.

ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 65, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000400010>. Acesso em: 4 maio 2020.

ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. C. M.; BORGES, R. M. As armadilhas do discurso sobre avaliação da educação superior. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-62362018000401429&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 6 maio 2020.

SANTA, L. Accountability em Educação. **PROFFORMA – Revista online do Centro de Formação de Professores do Nordeste Alentejano**, n. 9, v. 1, 2013.

SPINOZA, R. M. Accountability. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

UNESCO – **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Universidade de São Paulo, 1998.

VELLOSO, J. Universidade na América Latina: rumos do financiamento. **Cadernos de Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 110, 2000. Disponível em: . Acesso em 4 maio 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000200002. Acesso em: 4 maio 2020.

ⁱ **Alisson Slider do Nascimento de Paula**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6356-3773>

UNINTA/GPTPOED/FUNCAP

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista Produtividade em Pesquisa (FUNCAP). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED). Professor do Centro Universitário Inta (UNINTA).

Contribuição de autoria: autor, orientador e revisor.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/000000000000000>

E-mail: alisson.slider@uninta.edu.br

ⁱⁱ **Antonio Marcos dos Santos Sousa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1819-4339>

UNINTA/GPTPOED

Estudante de graduação em Educação Física pelo Centro Universitário Inta (UNINTA). Membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED).

Contribuição de autoria: autor e sistematização textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4138963728081426>

E-mail: marcossousa.ms94@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ **Francisco Jonathas Gomes da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7575-3555>

UNINTA

Estudante de graduação em Educação Física pelo Centro Universitário Inta (UNINTA).

Contribuição de autoria: autor e sistematização textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3656018359618351>

E-mail: jonathassil@hotmail.com

^{iv} **Neemias Gomes Santos da Silveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0976-8254>

UNINTA

Estudante de graduação em Educação Física pelo Centro Universitário Inta (UNINTA).

Contribuição de autoria: autor e sistematização textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0000-0003-0976-8254>

E-mail: neemias_silveira@hotmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

DE PAULA, A. S. N. et al. A presença da noção de accountability ao longo da história das políticas de avaliação da educação superior no Brasil. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.